



Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico

Diretória de Programas Temáticos e Setoriais - DPT
Coordenação Geral do Programa de Pesquisa em Saúde - CGSAU
Programa Sul de Pesquisa e Pós Graduação - PSPPG

RELATÓRIO TÉCNICO FINAL

PSPPG

1. Dados gerais

- ✓ Nome do coordenador do projeto: Francis Mary Guimarães Nogueira
- ✓ No. Processo - Instituição - Unidade/departamento - Linha de Pesquisa
Processo:520975/99-5 - UNIOESTE - Centro de Educação, Comunicação e Artes/ Colegiado de Pedagogia - Linha de Pesquisa: Políticas Sociais
- ✓ Título do projeto:
Políticas e Programas nas Áreas de Educação e Saúde no Estado do Paraná: sua relação com as Orientações do BID e BIRD e sua Contribuição na Difusão das Propostas Liberalizantes em Nível Nacional
- ✓ Período de vigência:09/11/2001 a 30/06/2003
- ✓ Em que grupo de pesquisa o coordenador está cadastrado no Diretório do CNPq: GPPS - Grupo de Pesquisa em Políticas Sociais
- ✓ Valor financiado no projeto do PSPPG e as datas de liberação dos recursos
CNPq: R\$15.000,00 (liberação do recurso: 27/11/01)
Fundação Araucária: R\$20.000,00 (liberação em 13/06/2002 de R\$10.710,00 referente ao custeio e liberação em 09/10/2002 de R\$ 9.290,00 referente a capital)

2. Resumo

A referida pesquisa consistiu em identificar e avaliar programas e projetos que se consubstanciaram em políticas nas áreas de educação e saúde do Governo Lerner, no Estado do Paraná, entre 1995 e 2002, indicando os aspectos de sua formulação e implementação que expressam as orientações definidas em documentos oficiais do BIRD e BID, compreendendo e avaliando as repercussões dessas políticas na disseminação de propostas liberalizantes em nível nacional. A hipótese formulada era de que esses programas e projetos inseriam-se num conjunto de reformas desencadeadas por orientações desses organismos, implementadas “por dentro” do aparato burocrático do Estado. Nessa direção, os setores de educação e saúde concretizaram, a chamada Reforma do Aparelho do Estado Brasileiro. Nessa perspectiva, foi possível identificar nas políticas educacionais

do estado do Paraná referentes ao ensino fundamental, médio e superior, uma orquestração do processo de implementação dessas políticas, com o objetivo de modificar estruturalmente os parâmetros de qualidade desses níveis de ensino, mediante a alteração da forma e da concepção de gestão no interior da Escola e da Universidade. Na saúde não foi diferente, pois por intermédio do Programa Paraná Mais Saúde, vinculado a SESA-PR - Secretaria de Estado de Saúde, instituiu-se um conjunto de políticas para este setor, definidas em grande medida no próprio Ministério da Saúde e que estão de acordo com as orientações do Banco Mundial e de outros organismos internacionais que adotam os mesmos pressupostos. Portanto, as mudanças concretas no plano teórico-prático da nova formatação da gestão se expressam hoje essa implementação do PQE (ensino fundamental), do PROEM (ensino médio), no Termo de Autonomia (ensino superior) e do programa “Paraná Mais Saúde”.

3. Objetivos do projeto original

3.1. Geral

- ✓ Identificar e avaliar políticas e programas das áreas de saúde e educação do Governo do Paraná, na década de noventa, procurando explicitar em sua formulação e implementação as relações existentes com as orientações estabelecidas por Organismos Internacionais, bem como a sua influência na disseminação de propostas liberalizantes em nível nacional.

3.2. Específicos

- ✓ Revisar a literatura existente sobre os Organismos Internacionais e suas orientações para as políticas sociais no Brasil;
- ✓ Analisar a forma como os conceitos de descentralização, autonomia e participação estão explicitados nas propostas do BID e BIRD e como são traduzidas na formulação e implementação de políticas sociais no PR;
- ✓ Avaliar políticas, projetos e programas do Governo Lerner como: o PROEM, o PQE, o Termo de Autonomia para as universidades estaduais e o projeto Paraná Mais Saúde;
- ✓ Identificar e sistematizar as propostas de gestão escolar nos programas implantados no Paraná no período estudado;

- ✓ Analisar as mudanças provocadas na dinâmica institucional das escolas, desencadeadas pelos atuais modelos de gestão, apreendendo as possíveis contradições engendradas pelos referidos modelos.

4. Objetivos alcançados

O objetivo geral e os objetivos específicos propostos no projeto original, os quais estão citados acima, foram perseguidos e alcançados com a conclusão da pesquisa em dezembro de 2003. Para concretizá-los, no momento inicial da pesquisa foi realizado estudo bibliográfico abrangendo documentos oficiais do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento, do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado-MARE, e também fontes secundárias que tratavam de questões relativas à reforma do Estado brasileiro e suas implicações nas políticas sociais. Esses referenciais foram estudados e discutidos por todos os integrantes da pesquisa, com o objetivo de estabelecer uma orientação teórico-metodológica comum, necessária para a análise posterior dos documentos desses Organismos Multilaterais de Crédito e das próprias políticas do governo Lerner no setor de educação e saúde. Com essa etapa realizada tivemos condições de avançar para a análise e posterior avaliação dos projetos e programas do Governo Lerner como “Projeto Qualidade no Ensino Público do Paraná- PQE”, do “Programa Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná-PROEM”, do “Termo de Autonomia -Contrato de Gestão” para as Universidades Estaduais do Paraná e o “Projeto Mais Saúde”.

A análise por dentro dessas políticas, projetos e programas foram orientadas por categorias como descentralização, autonomia e participação que no processo de estudo foram identificadas como categorias nucleares na formulação teórica desses projetos, na medida em que os mesmos estavam sendo financiados pelos Banco Mundial e BID.

Por conseguinte, a incorporação dessas categorias na formulação e implementação dessas políticas de educação e saúde no Governo Lerner só foi possível na medida em que se fez uma pesquisa empírica em duas Escolas no Município de Cascavel e duas Escolas no Município de Londrina. Constatou-se que as categorias de descentralização, de autonomia e de participação haviam ganhado novos significados no interior da comunidade escolar expressas em práticas pedagógicas cotidianas dos professores e dos especialistas da escola. Essa mudança não foi diferente nas práticas do ensino superior e no campo saúde pública no Paraná. A descentralização se traduziu em aprofundamento da desresponsabilidade do

Estado para com essas duas áreas das políticas sociais; a autonomia de gestão financeira se traduziu em autonomia financeira, isto é, a concretização por meio do contrato de gestão no Ensino Superior e a transferência direta de recursos para a Escola, e a categoria participação se traduziu nas formas de gestão compartilhada ou participativa.

Na direção de alcançarmos esses objetivos, associado ao próprio processo da elaboração da pesquisa permitiu-nos apreendermos teórica e praticamente, no período estudado, as profundas mudanças institucionais ocorridas nas Escolas, nas Universidades e na Saúde Públicas do Estado do Paraná.

5. Apresentação e discussão sucinta dos principais resultados obtidos em decorrência do desenvolvimento do projeto

5.1 Avanços Teóricos

A hipótese central desta pesquisa foi formulada mediante pressuposto de que as políticas de educação e saúde implementadas pelo Governo Lerner (1995-2002) expressam as orientações do BIRD - Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento e BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento, e portanto, constituem-se como parte da lógica dos empréstimos de ajuste estrutural e dos empréstimos de ajuste setorial, definidos pelo Banco Mundial, desde o início dos anos 80 para modificar a estrutura produtiva dos países periféricos.

Em nível doméstico esta orientação internacional vai encontrar ressonância, em meados dos anos 90, com a deflagração da chamada Reforma do Aparelho do Estado Brasileiro, que promove mudanças estruturais, institucionais e administrativas no sistema burocrático do Estado. Esta reforma está embasada no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (1995), que foi o documento matriz do MARE - Ministério de Administração e Reforma do Estado, a partir do qual foram gerados os demais. O referido plano define que as reformas do Estado envolveriam quatro diretrizes fundamentais: a delimitação do tamanho do Estado; a redefinição de seu papel; a recuperação da governança e o aumento da governabilidade. Para tanto, define como sendo inadiável: “(1) o ajustamento fiscal duradouro; (2) as reformas econômicas orientadas para o mercado; (3) a reforma da previdência social; (4) a inovação dos instrumentos de política social; (5) a reforma do aparelho do Estado, com vistas a aumentar a “governança”. (BRASIL, Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, 1995, p. 16).

A reforma do aparelho do Estado ao viabilizar mudanças estruturais, institucionais e administrativas no seu sistema burocrático, promovem também a reestruturação do modelo de gestão, de forma mediatizada no sistema escolar, na medida em que implementa projetos de caráter pedagógico com o argumento de efetivar a melhoria da qualidade do ensino e do rendimento escolar, como foi o exemplo que ocorreu no Paraná por meio do PQE, do PROEM e do Termo de Autonomia para as Universidades Estaduais.

Essas reformas institucionais foram instrumentos legais para que se concretizasse a adequação das políticas econômicas e sociais nacionais em relação ao capital internacional. Portanto, as redefinições institucionais que ocorreram, em âmbito dos governos estaduais, fazem parte de um projeto nacional de reformas das instituições, construído internamente e articulado externamente. Por essa razão, os estados da federação passaram a contribuir para a consolidação das reformas chamadas (neo) liberais, na medida em que essas políticas, projetos e programas foram implementados “por dentro” do aparato burocrático do Estado, mediante as políticas de educação e saúde, efetivando assim, também nesses setores, a chamada Reforma do Aparelho do Estado Brasileiro.

Nessa perspectiva, foi possível identificar nas políticas educacionais do Paraná referentes ao ensino fundamental, médio e superior do período de 1995-2002, uma orquestração do processo de implementação dessas políticas com o objetivo de modificar estruturalmente os parâmetros de qualidade desses níveis de ensino, mediante a alteração da forma e da concepção de gestão no interior da Escola e da Universidade. Na saúde não foi diferente, pois por meio do Programa Paraná Mais Saúde, vinculado a SESA-PR - Secretaria de Estado de Saúde, instituiu-se um conjunto de políticas para este setor, definidas em grande medida no próprio Ministério da Saúde e que estão de acordo com as orientações do Banco Mundial e de outros organismos internacionais que adotam os mesmos pressupostos.

Portanto, as mudanças concretas no plano teórico-prático da nova formatação da gestão se expressam no PQE (ensino fundamental), no PROEM (ensino médio), no Termo de Autonomia (ensino superior) e no programa “Paraná Mais Saúde”.

No que diz respeito ao PQE, foi preciso que se realizasse uma análise interna deste projeto para investigarmos os objetivos e os desdobramentos operacionais dos seus programas de ação, sendo possível demonstrar que a reestruturação do Estado Brasileiro, orientada também pelas políticas macroeconômicas do Banco Mundial, desde os anos 80,

cumpriu determinadas condicionalidades, na medida em que vinculou de forma decisiva as mudanças macroeconômicas ao financiamento para educação escolar básica.

Evidências dessa direção política são a seletividade da educação elementar e a focalização nos pobres que ocorre mediante a implantação de projetos e programas de ação que pudessem operacionalizar tais orientações. Neste sentido, o 4º Programa de Ação do PQE, Desenvolvimento Institucional, e o Relatório da Conclusão da Implementação do Banco Mundial, implementaram alterações na gestão do sistema educacional, como assinala o referido Relatório. *Talvez as realizações mais importantes do projeto tenham acontecido na área do desenvolvimento institucional. O projeto levou ao desenvolvimento de uma cultura de avaliação de todo o sistema fundamental de educação, por meio da efetivação de avaliações quantitativas periódicas do aprendizado de alunos, avaliação regular de programas de apoio, e a constante realimentação/controle dos resultados no âmbito do plano de reforma educacional e de políticas. (Relatório de Conclusão da Implementação, 2002, p.03)*

Ainda no interior do programa de ação Desenvolvimento Institucional, o processo de implementação da política referente à gestão escolar nos obrigou a investigar *in loco* o modelo de gestão que vem sendo configurado nas organizações escolares, tendo em vista que se por um lado o Estado implanta determinadas políticas, por outro, é a comunidade escolar quem as implementa.

Um exemplo evidente disso é a mudança, a partir de 1995, nos documentos de políticas educacionais do Paraná, quanto a concepção de gestão escolar. Até 1995, os documentos afirmavam que a gestão da escola deveria ser a *gestão democrática*, a partir daí passaram a tratar de *gestão compartilhada*. Nesse mesmo sentido, observa-se a mudança da ênfase no tipo de escola que se pretendia construir no Paraná. Até 1995, abusava-se da idéia de *escola cidadã*, a partir daí, enfatiza-se a idéia de *escola de excelência*.

Não é apenas uma mudança de terminologia, pois são conceitos construídos a partir de referenciais teóricos e políticos diferentes. A proposta de *gestão compartilhada* elaborada pela SEED-PR, a partir de 1995, possui vínculos com as propostas muito difundidas nos anos 90, por Cosete Ramos, pela Fundação Cristiano Ottoni de Minas Gerais, pelo Instituto Brasileiro de Produtividade e Qualidade-seção Paraná, entre outros. A composição em termos de terminologia passa a associar *Escola de Excelência*,

Flexibilização do Sistema e Gestão Compartilhada, não constituindo-se em alterações meramente semânticas, mas sim categoriais.

No caso do PROEM - Programa para o Ensino Médio, também está previsto recursos para modificações na organização e na gestão deste nível de ensino. Esse projeto altera radicalmente a forma de gestão do ensino médio e do ensino profissionalizante no Estado do Paraná. No caso do ensino profissionalizante cria uma agência social autônoma, denominada de PARANATEC, destinada a administrar os cursos técnicos e profissionalizantes no Paraná. É uma agência de natureza privada, mas que conta com recursos públicos. Estão previstos, neste projeto, vários mecanismos de disseminação da nova forma de gestão escolar, baseado na idéia de gestão compartilhada, defendida nos documentos oficiais da SEED-PR; os mesmos princípios de administrar as escolas presentes no PQE estão também explicitados no PROEM.

Já a pesquisa empírica realizada em 2001 e 2002 em duas escolas de Londrina e em duas escolas de Cascavel, revelou que essa concepção de gestão foi implementada de forma muito competente pelo governo Lerner. As entrevistas revelaram que os diretores e o conjunto de “administradores” das escolas, assimilou o papel de executor das políticas do governo, mesmo sem participar da elaboração de tais políticas.

Com relação ao financiamento, elemento essencial na redefinição do papel do Estado, diante da educação pública, detectamos nas escolas que parte do custeio e da manutenção da escola já é feita em cerca de 70% do valor pela própria escola, ou seja, o Estado envia recursos suficientes apenas para 30% das despesas.

Como foram analisadas escolas consideradas, pela SEED-PR, como sendo de *excelência* e outras *com problemas de gestão*, foi possível constatar a fragmentação no padrão de qualidade das escolas em função da localização e das classes sociais a que atendem, uma vez que sintomaticamente, as escolas localizadas em bairros, onde predominam as classes populares, em crescente processo de empobrecimento, estão localizadas as escolas consideradas com *problemas de gestão*. Por outro lado as escolas localizadas em bairros em que predominam as classes de renda média, ou cujos pais ainda não foram atingidos fortemente pelo desemprego, estão localizadas as escolas consideradas de *excelência*.

Como o Estado já não financia integralmente todas as escolas, aquelas que com a cobrança de taxas, venda de rifas e promoções conseguem criar mecanismos de arrecadação

de dinheiro, são consideradas as escolas de *excelência*. Já as escolas que não conseguem criar esses mecanismos, em função da pobreza dos alunos e de suas famílias são escolas com *problemas de gestão*.

Na realização das entrevistas e observação nas escolas constatou-se que as orientações do projeto “neoliberal” no sentido do Estado ir aprofundando o processo histórico da não responsabilidade do financiamento público em setores como a educação e a saúde estão sendo, em grande medida, implementadas rapidamente, e que grande parte dos agentes que trabalham nas escolas como professores, funcionários e diretores assimilaram sem resistência esses princípios, embora, já percebam as conseqüências deletérias para a tão propalada melhoria da qualidade de ensino.

Acreditamos que um dos resultados mais evidentes da implementação das políticas sociais no Paraná, neste caso na Educação, que se deram a partir de projetos financiados por organismos internacionais como o Banco Mundial e o BID, é a modificação na gestão da escola em sintonia com a retirada dos aportes financeiros do Estado.

No Ensino Superior do Paraná, tendo como referência às orientações do Banco Mundial, o governo Lerner, desde o início, em 1995, vem tentando implementar medidas com vistas a reformar o Ensino Superior no Paraná, mediante o estabelecimento de uma forma distinta de gerir as Universidades Estaduais do Paraná. Durante o primeiro mandato, destacam-se três iniciativas: 1º) a lei 11.500/96, que regulamentou a prestação de serviços pelas Instituições Estaduais de Ensino Superior (IEES) paranaenses permitindo que as mesmas cobrassem pelos serviços prestados à comunidade; 2º) a proposta apresentada em dezembro/97 pelo deputado Eduardo Trevisan, da bancada governista, que instituía a gratuidade seletiva, ou seja o ensino pago nas IEES públicas paranaenses; 3º) a proposta, discutida nos bastidores do estafe governista, de transformar as IEES em agências sociais autônomas. Essas iniciativas se articulavam na direção da desobrigação do Estado quanto ao financiamento integral do ensino superior e buscavam oferecer, como contrapartida às IEES, alternativas de auto-sustentação financeira.

Logo após a sua reeleição, em outubro/98, o governo Lerner reiniciou, por “novos caminhos”, a tentativa de reformar/privatizar as IEES do Paraná. Para isso utilizou-se da histórica bandeira da autonomia universitária como artifício para tentar impor uma reforma do ensino superior público no Paraná. Propôs a “concessão da autonomia definitiva às universidades paranaenses” como estratégia para a implementação da reforma pretendida

desde o início de seu governo o que o desobrigaria definitivamente de seu compromisso constitucional de financiar integralmente o conjunto das atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas em nossas IEES. Em março de 1999, o governo do Estado do Paraná e as IEES, por meio de suas administrações superiores, assinaram o Termo de Autonomia- Contrato de Gestão provisório para o ano de 1999. Em abril de 2000, o Termo foi renovado para mais um ano.

Perseguindo esta reforma, durante a greve, em 18 de fevereiro de 2002, o governador do Paraná, Jaime Lerner, enviou à Assembléia Legislativa “(...) anteprojeto de lei dispendo sobre a Autonomia das Universidades Públicas mantidas pelo Estado do Paraná (...)” (PARANÁ, 2002). Esse anteprojeto tramita na Assembléia Legislativa na forma do projeto de lei N.º 032/02. De acordo com a mensagem do governador do Estado tal projeto de lei “visa adequar à legislação vigente, o exercício da Autonomia das Universidades Públicas Estaduais, em complemento ao disposto nas Constituições Federal, Estadual e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em prol da sociedade paranaense”. Uma análise do projeto de lei 032/02 permitiu compreender que o governo introduziu de maneira definitiva a reforma do ensino superior no Paraná, processo em curso desde março de 1999, na direção das orientações do Banco Mundial.

Em consonância com as políticas de educação, as políticas de saúde desde o início do governo Lerner, expressam uma perspectiva político-ideológica que foi adotada ao longo do período em que permaneceu no poder. Os representantes do governo na Secretaria de Saúde do Estado do Paraná - SESA, partem do princípio de que “no processo de implantação do SUS no Brasil, as instâncias estaduais de governo mergulharam numa notável crise de identidade com respeito à sua missão, uma vez que à municipalização da prestação de serviços não correspondeu a uma redefinição do papel do Estado”. (SESA, 1995, p.69)

Sendo assim, assumiram como desafio resgatar o papel da esfera estadual, que segundo eles, “consiste na função integradora orientada por visão ampla e abrangente do sistema, no sentido de organizá-lo e provê-lo em suas lacunas com eficiência, eficácia e efetividade. De modo que os serviços de saúde (...) disponibilizem o epidemiologicamente necessário com racionalidade e otimização na alocação e uso dos recursos. Para tanto, é necessário assumir os problemas do setor saúde no Estado mais como questões

organizativas e gerenciais, nem tanto decorrentes da falta absoluta de serviços.” (SESA, 1995, p.69)

A implementação dessa política de reordenação do papel do Estado, no campo da saúde, está circunscrita num grande projeto que a atual gestão da SESA se propôs a desenvolver denominado “Paraná mais Saúde”, que compreende cinco diretrizes básicas: 1. Vigilância à saúde da população; 2. Regionalização, gestão de serviços e ações de saúde pelos municípios; 3. Participação da sociedade; 4. Informação e comunicação social e 5. Recursos humanos. (SESA, 1995, p. 69/71)

Para que essas diretrizes pudessem redefinir o “Novo Projeto Institucional”, foi proposto a adoção de métodos de trabalho que deveriam mobilizar um grande número de atores institucionais, “ágeis na definição e implementação de ações prioritárias”. Os métodos propostos consistiu na: territorialização do sistema; definição de projetos institucionais estratégicos (prioritários, viáveis e de alto impacto); Conformação de grupos matriciais de condução de projetos estratégicos; Instituição de uma função articuladora entre os níveis estratégicos e operacionais (...) e Efetivação de colegiados de gestão. (SESA, 1995, p. 70/71).

Esses princípios e diretrizes apresentadas em documentos oficiais, indicam que os projetos da SESA, denominados de “Projetos Institucionais Estratégicos”, assimilaram o discurso de inspiração neoliberal, implantando e implementando em nível de políticas de saúde, o que comumente é chamado de receituário do “Consenso de Washington”, respaldado por ações de Organismos Internacionais como o Banco Mundial, o FMI - Fundo Monetário Internacional e o BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Conforme objetivo da pesquisa, a análise das políticas da SESA, identificou-se que os projetos implementados neste setor social tem ajudado na materialização das propostas “neoliberais” e contribuído para a sua difusão em nível nacional.

O menor investimento possível em projetos de baixo custo e que atinjam o maior número de pessoas, parece ser o ponto de partida para as políticas de saúde dos governos brasileiros, tanto em nível federal, como estadual e na grande maioria dos governos municipais. Essa política de amplitude direcionada para a assistência dos mais pobres, tem o incentivo e o aval do Banco Mundial, do BID e do FMI.

Na área da saúde, o Banco tem apoiado o desenvolvimento da Medicina Preventiva, vinculando-se particularmente aos programas de educação em saúde, de controle de

natalidade e de serviços básicos de saúde. Isso evidencia uma tendência das agências internacionais que monitoram os governos dos países periféricos, como o Brasil, as quais tem priorizado o financiamento de projetos nas áreas sociais como a saúde e a educação, naquilo que elas tem de mais elementar, que é o ensino fundamental e os projetos de atenção primária em saúde.

Essa política de dar aos pobres o mínimo indispensável nas áreas básicas, revela uma preocupação com a possibilidade de que extremos de miserabilidade podem se constituir em reais ameaças à estabilidade política, necessária ao avanço da modernidade, da acumulação e do crescimento econômico regidos pelas leis do mercado.

Nesse sentido, os resultados que foram destacados como centrais para o processo de implementação e de sedimentação dessa nova forma de gestão na educação e na saúde, espelham toda a eficiência sistêmica do pensamento liberal atualizado nos anos 90. E há que se destacar, que a dialética da difusão dessas políticas implementadas no Paraná, tanto promoveram nefastas mudanças internas como orientaram mudanças em outros estados da federação e ao mesmo tempo serviram ao BIRD e BID de parâmetros para avaliar os impactos políticos de seus receituários.

5.3 Resultados com a aplicação direta em benefício da sociedade ou solução de problemas regionais

Tendo em vista o caráter dessa pesquisa, sua aplicação direta se efetivou no decorrer do trabalho investigativo onde foram divulgados e debatidos os resultados parciais da pesquisa em diversos momentos, assinalados abaixo, com os nossos interlocutores da área de educação e saúde, isto é, professores da rede pública e trabalhadores de saúde. A efetividade dessa interlocução se concretizou em três grandes Seminários. O primeiro realizado em setembro de 2000 intitulado: Estado e Políticas Sociais no Brasil. Posteriormente à realização do Seminário, foi publicado em agosto de 2001, uma coletânea financiada pela Fundação Araucária, que teve o mesmo nome do Seminário, e continha artigos dos palestrantes e artigos dos componentes da pesquisa, apresentando “as primeiras aproximações” dos resultados realizados até aquele momento. O segundo Seminário, intitulado Descentralização, Participação e Autonomia na Gestão Escolar: Significados e

Perspectivas”, foi realizado em setembro de 2002, tendo a participação das Escolas-Campo onde se realizou a pesquisa empírica.

Em junho de 2003, nos dias 26, 27 e 28 foi realizado o terceiro Seminário para apresentação dos resultados à comunidade acadêmica e à comunidade externa. Diferentemente do primeiro e segundo, realizamos um Seminário de caráter Nacional intitulado “Seminário Nacional: Estado e Políticas Sociais no Brasil”. Além da Conferência de Abertura e das Mesas-Redondas, possibilitamos aos participantes que os mesmos pudessem apresentar trabalhos na forma de comunicação oral, os quais foram publicados na íntegra em CD-rom e também a publicação dos Resumos em Cadernos impressos. Nesse Seminário a participação esteve para além das nossas expectativas, pois reunimos mais 1100 participantes, abrangendo profissionais da educação e saúde de todo o Paraná e de outros cinco estados brasileiros. Neste Seminário apresentamos pela primeira vez os dados conclusivos da pesquisa.

Além disso, estamos elaborando um projeto de Extensão que será realizado no 2º semestre de 2004 com a Associação dos Professores do Paraná-Sindicato, regionais de Cascavel, Toledo, Foz do Iguaçu e Francisco Beltrão- municípios sede dos Campi da Uniãoeste - e o Sindicato dos Trabalhadores em Ensino Superior da Região Oeste-SINTEOESTE, onde realizaremos quatro grandes Seminários nessas cidades que são pólos da região oeste e sudoeste para apresentarmos e debatermos os resultados da pesquisa com os professores da rede pública.

Bucando novas formas de apresentar e divulgar os resultados da pesquisa, no início de 2004, estivemos em contato com o Grupo de Pesquisa “Políticas Educacionais e Gestão da Escola” do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná. Esse grupo de pesquisa e o GPPS, em conjunto com a Secretaria de Estado da Educação- SEED e a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior - SETI, estão organizando um Seminário que terá como objetivo central apresentar a produção teórica das políticas educacionais do Paraná nos anos 90 e realizar-se-á em agosto de 2004, com o título “O Paraná pelo Paraná: a produção teórica sobre as políticas educacionais nos anos 90.” O público alvo deste Seminário são professores que compõem as Equipes de Ensino dos Núcleos Regionais de Educação de todo o Estado. No referido Seminário, estaremos compondo mesas de debates junto com outros pesquisadores, apresentando, assim, de outra forma os resultados da pesquisa que compõem este relatório.

6. Formação de recursos humanos para a pesquisa e recursos financeiros agregados ao projeto relacionados (stricto sensu) ao PSPPG - preencha o quadro abaixo, informando o número de bolsistas, orientandos e os valores financeiros agregados à proposta - BolsasRecursos

Orientandas Iniciação Científica:

1. Iolanda Santorum bolsa PIBIC/CNPq de 01/08/2000 a 31/07/2001 valor mensal: R\$241,51
2. Iolanda Santorum bolsa PIBIC/UNIOESTE/PRPPG de 01/08/2001 a 31/07/2002 valor mensal: R\$120,75
3. Jane Aparecida Parahyba bolsa PIBIC/UNIOESTE/PRPPG de 01/08/2002 a 31/07/2003 valor mensal: R\$120,75
4. Denise Pereira da Cruz Marques bolsa PIBIC/CNPq de 01/08/2003 a 31/07/2004 valor mensal: R\$ 241,51
5. Cláudia Regina Alves dos Santos bolsa PIBIC/UEL de agosto/2001 a julho de 2002 valor mensal: R\$120,75
6. Juliana Zamarian Francisco bolsa PIBIC/UEL valor mensal:R\$120,75

Stricto Sensu

PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO INSTITUCIONAL - **PQI 2003** – CAPES constante do CONVÊNIO CAPES/UNIOESTE: **número 00053/03 – 5** e de acordo com o PROJETO DE COOPERAÇÃO intitulado “Educação e a formulação de subsídios, estudos e avaliação em políticas sociais: uma contribuição para o desenvolvimento regional”, sob **número 00081/03 – 5**, constituinte do convênio citado em que estão envolvidos:

a) IES DE ORIGEM: UNIOESTE - Grupo de Pesquisas em Políticas Sociais – GPPS - Coordenação IES-ORIGEM: **Profa. Dra. Francis Mary Guimarães Nogueira E –mail: guimanog@zaz.com.br**. Telefones: (45) 223 – 7112 e celular (45) 99785438

1) Alunos cursando doutorado na IES-Cooperante: Unicamp:

- 1.1 **Ireni Marilene Zago Figueiredo**, Área: História, Filosofia e Educação – HISTEDBR.
- 1.2 **Isaura Monica Souza Zanardini**, Área: História, Filosofia e Educação – HISTEDBR.
- 1.3 **Roberto Antonio Deitos**, Área: História, Filosofia e Educação – HISTEDBR.
- 1.4 **Maria Lúcia Melo de Souza Deitos**, Área: Políticas de Educação e Sistemas Educativos – LAPPLANE.
- 1.5 **Rosa Maria Rodrigues**, Área: Ensino, Avaliação e Formação de Professores – PRAESA.

b) IES COOPERANTE: UNICAMP - FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DA IES COOPERANTE: **Professor Dr. Luis Enrique Aguilar**
Telefone pós – (19) 3788 – 5572. e-mail coordenador: luisaguilar@merconet.com
Coordenador da Pós-Graduação –Faculdade de Educação – Unicamp

7. Informe os trabalhos publicados e/ou aceitos para publicação no período, resultantes do projeto em pauta dentro do PSPPG: livros, capítulos de livros,

artigos completos publicados em periódicos nacionais e internacionais, teses defendidas, relatórios gerados, consultorias prestadas, seminários realizados, intercâmbios, patentes, marcas, softwares, atividades artísticas, parcerias com empresas, etc. Indicar claramente entre os autores dos trabalhos, quando for o caso, os bolsistas envolvidos com a execução do projeto.

Livros:

NOGUEIRA, F.M.G. & RIZZOTTO, M.L.F. (Orgs). Estado e Políticas Sociais: Brasil – Paraná. Cascavel: EDUNIOESTE. ISBN 85-86571-98-9 (No Prelo)

NOGUEIRA, F.M.G. (Org). *Estado e políticas sociais no Brasil*: conferências do Seminário Estado e Políticas Sociais no Brasil e textos do relatório parcial do projeto de pesquisa – Políticas e Programas nas áreas de Educação e Saúde no Estado do Paraná: sua relação com as orientações do BID e BIRD e sua contribuição na difusão de propostas liberalizantes em nível nacional. Cascavel: EDUNIOESTE, 2001.

DEITOS, R. A. *Ensino Médio e Profissional e seus vínculos com o BID/BIRD* - os motivos financeiros e as razões ideológicas da política educacional. Cascavel-PR: EDUNIOESTE, 2000.

Capítulos de Livros:

DEITOS, R. A. Da afirmação da inadequação da política educacional paranaense para o ensino médio e profissional à adequação às exigências políticas e econômicas hegemônicas (1995 – 1999) In: Hidalgo A. M; SILVA, I. L. S (org). *Educação e Estado*: as mudanças no sistema de ensino do Brasil e do Paraná na década de 90. Londrina: Editora UEL, 2001 p. 235-290.

LENARDÃO, E. Gestão e autonomia escolar: a consolidação de discursos e práticas norteadas pelas agências multilaterais na formação de professores no Estado do Paraná. In: NOGUEIRA, F.M.G. (org). *Estado e políticas sociais no Brasil*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2001. p. 223 - 248.

NOGUEIRA, F.M.G; FIGUEIREDO, I. M. Z; DEITOS, R. A. A implementação de políticas para o ensino fundamental, médio e profissional no Paraná nos anos noventa. In: NOGUEIRA, F.M.G. (org). *Estado e políticas sociais no Brasil*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2001. p. 123 - 174.

NOGUEIRA, F.M.G. As orientações do Banco Mundial e as políticas educacionais atuais: a construção do consenso em torno da centralidade da educação básica. In Hidalgo A. M; SILVA, I. L. S (org). *Educação e Estado*: as mudanças no sistema de ensino do Brasil e do Paraná na década de 90. Londrina: Editora Uel, 2001. p. 21 – 40.

Processo nº 52.0975/99-5

Coordenadora: Francis Mary Guimarães Nogueira

PERRUDE, M. R. da S. Os diferentes recortes e metodologias nos estudos sobre políticas educacionais no Estado do Paraná (1990 – 1999). In: NOGUEIRA, F.M.G. (org). *Estado e políticas sociais no Brasil*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2001. p. 195 - 222.

REIS, L. F. Termo de autonomia: estratégia de desobrigação do Estado quanto ao financiamento integral do ensino superior no Paraná. In: NOGUEIRA, F.M.G. (org). *Estado e políticas sociais no Brasil*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2001. p. 249 - 282.

RIZZOTTO, M. L.; CONTERNO, S. F. R. A reforma do setor de saúde nos anos noventa: desdobramentos da reforma do Estado brasileiro. In: NOGUEIRA, F.M.G. (org). *Estado e políticas sociais no Brasil*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2001. p. 73 - 98.

VIRIATO, E. O. et al. A gestão democrática educacional na redefinição do papel do Estado. In: NOGUEIRA, F.M.G. (org). *Estado e políticas sociais no Brasil*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2001. p. 175 - 194.

Artigos completos publicados em periódicos nacionais

RIZZOTTO, M.L.F. As políticas de saúde e a humanização da assistência. Revista Brasileira de Enfermagem- REBEn. Vol.55, nº 2. março/abril, 2002. p.196 a 199.

RIZZOTTO, M.L.F. Humanização e políticas de saúde: uma tentativa de articular o micro e o macro. Livro-Temas. 12º ENFSUL: (org) Joel Rolim Mancia. Brasília: ABEn 2003. p.10 a 12.

Teses defendidas:

Autor: Luiz Fernando Reis

Título: "A autonomia universitária: de princípio fundante às orientações do Banco Mundial e sua relação com as reformas atuais do ensino superior no Brasil e no estado do Paraná".

Titulação: Mestrado em Educação

Local: UEM

Ano obtenção do título: 2002

Autor: Solange de Fátima Reis Conterno

Título: O Banco Mundial e a atualização da retórica da satisfação das necessidades humanas básicas expressas nas áreas da Educação e Saúde nos anos 90

Titulação: Mestrado em Educação

Local: UEM

Ano obtenção do título: 2002

Autor: Isaura Mônica Souza Zanardini

Título: A gestão compartilhada no Estado do Paraná e as orientações do Banco Mundial (1995-2000)

Titulação: Mestrado em Educação

Local: UEM

Processo nº 52.0975/99-5
Coordenadora: Francis Mary Guimarães Nogueira
Ano obtenção do título: 2001

Autor: Ireni Marilene Zago Figueiredo
Título: Políticas educacionais do Estado do Paraná nas décadas de 80 e 90: da prioridade à centralidade da educação básica
Titulação: Mestrado em Educação
Local: UNICAMP
Ano obtenção do título: 2001

Relatórios Gerados:

- Relatório Técnico-científico - CNPq
- Dois - Relatórios Técnico-parciais - Fundação Araucária
- Relatório Técnico-final - Fundação Araucária

Seminários Realizados:

- 1) Título: Estado e Políticas Sociais no Brasil
Local: Unioeste - Campus de Cascavel
Data: 22 e 23 de setembro de 2000
- 2) Título: Descentralização, participação e Autonomia na gestão Escolar: Significados e perspectivas
Local: Unioeste - Campus de Cascavel
Data: 27 de abril de 2002
- 3) Título: I Seminário de Estado e Políticas Sociais no Brasil
Local: Unioeste - Campus de Cascavel
Data: 26, 27 e 28 de junho de 2003

9. Fazer comentário sucinto sobre os reflexos do PSPPG para o desenvolvimento do grupo de pesquisa e seus colaboradores (redes) para a Região Sul.

A Universidade Estadual do Oeste do Paraná- Unioeste, no seu conjunto ainda não tem todas as condições necessárias para a produção da pesquisa. O número de doutores é ainda restrito, mas o que nos parece ser mais difícil, é que só recentemente, estamos começando a produzir nossas pesquisas fora do processo de formação, que foi o doutorado. Portanto, a realização desta pesquisa ganhou uma dimensão importantíssima para o GPPS, pois estamos entendendo a produção científica como parte necessária do processo de ensinar e realizar extensão, na medida em que apresentamos à sociedade os resultados dos objetos pesquisados. Nesse sentido, é possível afirmar que a aprovação/ destinação de recursos para o desenvolvimento da pesquisa além de contribuir para o avanço do processo de consolidação do GPPS, nos permitiu estruturar o nosso Núcleo de Estudos e Pesquisas

em Políticas Sociais-NEPPS. Compõem este Núcleo dois Grupos de Pesquisas: o GPPS e o GPGE, ambos cadastrados no CNPq., que congregam pesquisadores da Universidade Estadual do Oeste do Paraná-Unioeste, nas áreas de educação e saúde, e da Universidade Estadual de Londrina-UEL, nas áreas de educação e de ciências sociais.

Outro resultado que imputo como positivo em face da aprovação do projeto, diz respeito à possibilidade de exigir uma contrapartida institucional, o que acabou garantindo um espaço físico para que os pesquisadores possam se encontrar e continuar desenvolvendo as suas atividades de pesquisa. Essa sala com infra-estrutura necessária para podermos trabalhar, possui computador resultado de contribuição voluntária dos membros do grupo, o que revela as precárias condições materiais que temos na Unioeste.

Quanto aos reflexos do PSPPG para a rede “Políticas e Sistemas de Saúde”, por solicitação do CNPq encaminhei no ano de 2002 uma avaliação negativa da formação da rede, pois foi inexistente a interlocução com os outros pesquisadores que compuseram a referida Rede.

10. Relacione os principais fatores positivos ou negativos que interferiram na execução do projeto.

Quero destacar que uma questão que causou um certo transtorno para o desenvolvimento da pesquisa, foi primeiramente o atraso na divulgação dos projetos aprovados e, posteriormente, o atraso na liberação do orçamento da 1ª parcela. Isso não nos permitiu seguir rigidamente o cronograma proposto inicialmente, mas não determinou prejuízos irreparáveis, mesmo porque a pesquisa já vinha sendo executada desde o momento em que protocolamos o projeto para concorrer ao Edital do PSPPG. O mais lamentável diz respeito a negativa do Banco Mundial e a permissão parcial da Secretaria de Estado da Educação do Paraná em consultar as fontes sobre a implementação do PQE e do PROEM. Frente a essas dificuldades tentamos, por meio de inúmeras correspondências e reuniões mostrar aos coordenadores da “Unidade de Projetos Internacionais” da SEED, a importância da consulta desses documentos. No entanto, os coordenadores, orientados pela então Secretária de Educação, apenas nos possibilitou informações parciais e fragmentadas dos resultados parciais dos dois projetos- PQE e PROEM. Em face desses impedimentos, a alternativa foi buscarmos informações e documentos na Secretaria de Assuntos

Processo nº 52.0975/99-5

Coordenadora: Francis Mary Guimarães Nogueira

Internacionais do Ministério do Planejamento, em junho de 2002, que apesar da desconfiança da coordenadora do Arquivo desta Secretaria, só ao pesquisar seus arquivos é que foi possível ter uma visão completa de todo o processo de implantação do PQE e PROEM, trazendo parte dos relatórios e da história do processo de financiamento destes projetos. Felizmente, depois desses episódios tivemos acesso ao Relatório Final do PQE, no início de 2003, com a mudança do Governo Estadual do Paraná e, conseqüentemente de parte dos técnicos da Secretaria de Educação.

11. Texto para divulgação junto ao público leigo.

O resultado da pesquisa "Políticas e Programas nas Áreas de Educação e Saúde no Estado do Paraná: sua relação com as Orientações do BID e BIRD e sua Contribuição na Difusão das Propostas Liberalizantes em Nível Nacional", que foi uma avaliação das políticas de educação e saúde dos governos Lerner-1995-2002 comprovou que o financiamento das políticas sociais como as de educação e saúde no Paraná não estão totalmente separadas das políticas econômicas, pois, de acordo com estes Bancos Estrangeiros, a educação e a saúde precisam contribuir positivamente para o bom desenvolvimento da economia nacional que está ligada a economia internacional. Nesse sentido, com a realização do Projeto Qualidade do Ensino Público do Paraná - PQE, e do Programa Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná - PROEM, e o Paraná mais Saúde, a idéia da saúde preventiva e da educação básica foram peças importantes para uma mudança profunda do Estado brasileiro. Uma outra conclusão importante é que esses projetos mudaram a forma de funcionamento das escolas, das universidades e da saúde pública no Paraná, quando modificaram os parâmetros de qualidade e foram um exemplo a ser seguido por outros estados brasileiros.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DIVISÃO DE PESQUISA**

FORMULÁRIO DE RELATÓRIO DE PROJETOS DE PESQUISA

1. TIPO DO RELATÓRIO:

ANUAL ()

FINAL(X)

2. PERÍODO DO RELATÓRIO: (mês/ano)

__08__ / __2002__ a __10__ / __2003__

3. NÚMERO DO PROJETO: **Processo N.º 3399/2001**

4. TÍTULO DO PROJETO:

**POLÍTICAS E PROGRAMAS NAS ÁREAS DE EDUCAÇÃO E SAÚDE NO
ESTADO DO PARANÁ: sua relação com as orientações do BID e BIRD e
sua contribuição na difusão das propostas liberalizantes em nível nacional**

5. NOME DO COORDENADOR: **FRANCIS MARY GUIMARÃES NOGUEIRA**

6. CENTRO/CAMPUS: **CECA/CCBS - CAMPUS DE CASCAVEL**

7 – RELACIONAR AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO PERÍODO:

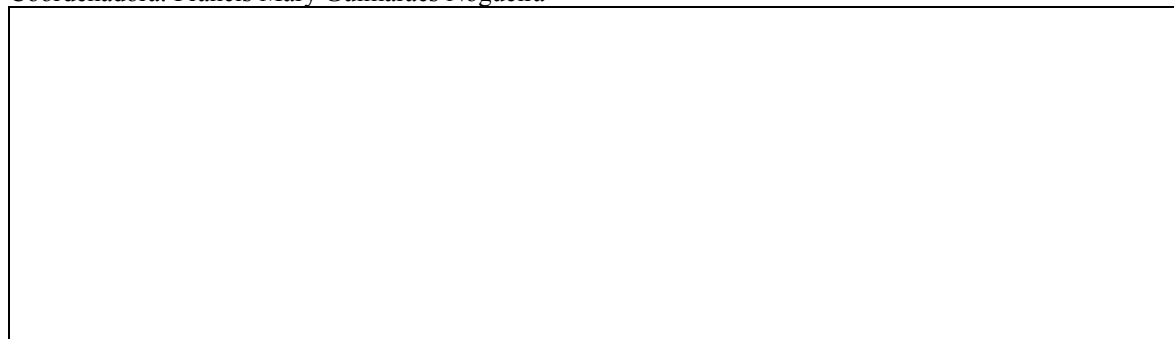
- Realização de encontros semanais entre os envolvidos com cada temática específica do projeto;
- Realização de reunião com todos os pesquisadores da Unioeste e da UEL envolvidos no projeto, em Cascavel, em 02/11/2002;
- Realização de Seminário Interno com todos os pesquisadores da Unioeste e da UEL, em Cascavel, no dia 08/02/2003, para discussão com os professores Nildo Domingos Ouriques da UFSC e de Roberto Leher da UFRJ;
- Reunião com todos os pesquisadores da Unioeste e da UEL envolvidos no projeto, para discutir os encaminhamentos necessários à conclusão do projeto; encontro realizado em Londrina, em 09/05/2003;
- Promoção do Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil, de 26 a 28 de junho de 2003, financiado pela Fundação Araucária; que além de Conferências e Palestras, organizamos apresentação de trabalhos com a publicação completos destes em CD e Cadernos de Resumos. Nesse Seminário a participação esteve para além das nossas expectativas reunindo mais 1200 participantes de cinco estados brasileiros e profissionais da educação e saúde de todo o Paraná. No Seminário apresentamos pela primeira vez os resultados desta pesquisa. (Ver relatório conclusivo do seminário anexo;)
- Do ponto de vista do desenvolvimento da pesquisa propriamente dita, inicialmente foi realizado levantamento bibliográfico, buscando textos que tratavam de questões relativas à reforma do Estado brasileiro e as políticas sociais, os quais foram estudados e discutidos por todos os integrantes da pesquisa, com o objetivo de estabelecer um referencial teórico comum, necessário para a análise posterior dos documentos do BID e BIRD que abordam as duas questões relacionadas acima; Numa segunda etapa, que consistiu de diferentes momentos em face de que não se teve acesso, de imediato, a todos os documentos dos projetos e programas objeto desta pesquisa, estudou-se os dados e os documentos disponíveis no sentido de realizar a análise necessária para dar conta dos objetivos propostos no projeto; O terceiro momento consistiu em pesquisa de campo, realizada em escolas da rede pública de ensino nas cidades de Cascavel e Londrina, com o objetivo de cumprir com os objetivos 4 e 5 relacionados acima; Os dados da pesquisa de campo bem como aqueles obtidos por meio do estudo dos diferentes documentos oficiais como contratos, convênios, relatórios, projetos e programas implementados pelo governo Lerner nas áreas de educação e saúde, foram objeto de extensa e intensa sistematização e análise, cujos resultados estão expressos nos artigos elaborados pelos

pesquisadores e que irão fazer parte da coletânea em processo de publicação pela Edunioeste. (ver artigos anexos)

8 - RELACIONAR/COMENTAR AS DIFICULDADES CIENTÍFICAS E/OU ADMINISTRATIVAS ENCONTRADAS:

As dificuldades encontradas foram superadas na seguinte perspectiva. Num primeiro momento o atraso da liberação orçamentária dos recursos do projeto em sua primeira etapa/CNPq, dificultou as viagens para aquisição de fontes primárias e secundárias, no entanto, não nos impediu de ir realizando a pesquisa já com os dados e materiais que tínhamos. Uma outra dificuldade que encontramos, e essa exigiu a alteração do cronograma no sentido de prorrogação de prazo da pesquisa, foi a obstrução às fontes primárias causada pela SEED nos anos de 2000, 2001 e 2002. Frente a essas dificuldades tentamos por meio de inúmeras correspondências e reuniões com os técnicos mostrar aos coordenadores da Unidade de Projetos Internacionais da SEED, a necessidade que tínhamos desses documentos. No entanto, esses coordenadores, orientados pela então Secretária de Educação, apenas nos possibilitou informações parciais e fragmentadas dos resultados parciais dos dois projetos. Em face desses impedimentos, a alternativa foi buscar informações e documentos na Secretaria de Assuntos Internacionais- Ministério do Planejamento em Brasília em junho de 2002. Apesar da desconfiança governamental, só ao pesquisar os arquivos desta Secretaria foi possível ter uma visão completa de todo o processo de implantação do PQE e PROEM e trazer parte dos relatórios e história do processo de financiamento destes projetos.

9 - CRÍTICAS E/OU SUGESTÕES:



ATENÇÃO PESQUISADOR!
Os itens 10 e 11 são obrigatórios quando se tratar de Relatório Final

10. RELACIONAR A(S) DIVULGAÇÃO(ÕES) OCORRIDA(S) NO PERÍODO ANEXANDO O(S) COMPROVANTE(S):

1. Evento: II Jornada HISTEDBR: a produção em História da Educação na região sul do Brasil Local: Ponta Grossa/Curitiba – PR Data 8 a 11 de outubro de 2002. Trabalho apresentado: História recente das políticas de Educação e Saúde no Estado do Paraná (Certificado de apresentação e publicação de trabalhos completo em CD Room);

2. Evento: IV ANPED – SUL Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. Local: Florianópolis – SC. Data de 26 a 29 de novembro de 2002. Trabalho apresentado: A relação entre as orientações do BIRD e BID e as políticas de educação e saúde no Estado do Paraná (1995 – 2002). (Certificado de apresentação e publicação de trabalhos completo em CD Room);

3. Evento: VII Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva. Local: Brasília - DF. Data de 26 a 30 de agosto de 2003. Trabalho apresentado: A relação entre as orientações do BIRD e BID e as políticas de educação e saúde no Estado do Paraná (1995 – 2002) (Publicação em Caderno de resumos);

4. Evento: Encontro Ibero-americano e História da Educação na América Latina Local: San José – Potosi - México. Data de maio o de 2003. Trabalho apresentado As Políticas de Educação e Saúde no Brasil e os Organismos Internacionais : os programas e projetos implementados no Estado do Paraná (1995-2002). (publicação de trabalhos completo em CD Room);

5. Evento: II Jornada Científica da Unioeste. Local: Toledo - PR. Data de 11 a 13 de junho de 2003. Trabalho apresentado: As orientações do BIRD e BID para as políticas de educação e saúde no Paraná (1995 – 2002). (Certificado de apresentação e publicação de trabalhos completo em CD Room);

6. Evento: Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil Local: Cascavel - PR. Data de 26 a 28 de junho de 2003. Trabalho apresentado: As

orientações do BIRD e BID para as políticas de Educação e Saúde no Paraná (1995 – 2002). (Certificado de apresentação e publicação de trabalhos completo em CD Room);

OBS: ver comprovantes anexo

11. RESUMO FINAL:

A pesquisa consistiu em identificar e avaliar programas e projetos que se consubstanciaram em políticas nas áreas de educação e saúde do Governo Lerner, no Estado do Paraná, entre 1995 e 2002, indicando os aspectos de sua formulação e implementação que expressam as orientações definidas em documentos oficiais do BIRD e BID, compreendendo e avaliando as repercussões dessas políticas na disseminação de propostas liberalizantes em nível nacional. A hipótese formulada era de que esses programas e projetos se inseriam num conjunto de reformas desencadeadas por orientações desses organismos, implementadas “por dentro” do aparato burocrático do Estado, mediante as políticas de educação e saúde, concretizando nesses setores, a chamada Reforma do Aparelho do Estado Brasileiro. O caminho metodológico que escolhemos, implicou na realização de uma ampla revisão bibliográfica em fontes secundárias sobre o Estado Brasileiro e sua reforma em andamento, em conjunto com o estudo de documentos oficiais do BIRD sobre esta mesma temática, assegurando uma orientação teórico-metodológica única, que desse uma coerência interna à análise. Nessa perspectiva, foi possível identificar nas políticas educacionais referentes ao ensino fundamental, médio e superior do período de 1995-2002, uma orquestração no processo de implementação dessas políticas, orientadas na direção de modificar estruturalmente os parâmetros de qualidade desses níveis de ensino, mediante a alteração da forma e da concepção de gestão no interior da Escola e da Universidade. Na saúde não foi diferente, pois o Programa Paraná Mais Saúde, vinculado a SESA-PR – Secretaria de Estado de Saúde instituiu um conjunto de políticas para este setor, definidas em grande medida no próprio Ministério da Saúde e que estão de acordo com as orientações do Banco Mundial e de outros organismos internacionais que adotam os mesmos pressupostos. Portanto, as mudanças concretas no plano teórico-prático da nova formatação da gestão se expressam no PQE (ensino fundamental), no PROEM (ensino médio), no Termo de Autonomia (ensino superior) e no programa “Paraná Mais Saúde”.

Processo nº 52.0975/99-5

Coordenadora: Francis Mary Guimarães Nogueira

12. DATA E ASSINATURA DO COORDENADOR:

____/____/____

13. PARECER DATADO DA COMISSÃO DE PESQUISA DO CENTRO DE LOTAÇÃO DO COORDENADOR

14. PARECER DATADO DO CONSELHO DE CENTRO DE LOTAÇÃO DO COORDENADOR

Processo nº 52.0975/99-5

Coordenadora: Francis Mary Guimarães Nogueira

PROFESSORES PESQUISADORES ENVOLVIDOS NO PROJETO:

Francis Mary Guimarães Nogueira (Coordenadora da Pesquisa)

Ana Lúcia Aoyama

Ângela Maria Hidalgo

Antonio Bosco de Lima

Edaguimar Orquizas Viriato

Edmilson Lenardão

Eliane Cleide da Silva Czernisz

Ileizi Luciana Fiorelli Silva

Ireni Marilene Zago Figueiredo

Isabelle Fiorelli Silva

Isaura Mônica Souza Zanardini

Janete Ritter

João Batista Zanardini

Liliam Faria Porto Borges

Luiz Fernando Reis

Manoela de Carvalho

Maria das Graças Ferreira

Maria Lúcia Frizon Rizzotto

Marleide Rodrigues da Silva Perrude

Roberto Antonio Deitos

Solange de Fátima Reis Conterno.

ALUNOS ENVOLVIDOS NO PROJETO:

Alessandra Maria de Almeida Manhães

Débora Alves Batista

Cláudia Regina Alves dos Santos (bolsista IC)

Jane Maria Parahyba (bolsista IC)

Juliana Zamarian Francisco (bolsista IC)

TEXTO FINAL

POLÍTICAS E PROGRAMAS NAS ÁREAS DE EDUCAÇÃO E SAÚDE NO ESTADO DO PARANÁ: sua relação com as orientações do BID e BIRD e sua contribuição na difusão das propostas liberalizantes em nível nacional

A referida pesquisa consistiu em identificar e avaliar programas e projetos que se consubstanciaram em políticas nas áreas de educação e saúde do Governo Lerner, no Estado do Paraná, entre 1995 e 2002, indicando os aspectos de sua formulação e implementação que expressam as orientações definidas em documentos oficiais do BIRD e BID, compreendendo e avaliando as repercussões dessas políticas na disseminação de propostas liberalizantes em nível nacional. A hipótese formulada era de que esses programas e projetos se inseriam num conjunto de reformas desencadeadas por orientações desses organismos, implementadas “por dentro” do aparato burocrático do Estado. Mediante políticas de educação e saúde concretizar-se nesses setores, a chamada Reforma do Aparelho do Estado Brasileiro. Nessa perspectiva, foi possível identificar nas políticas educacionais do estado do Paraná referentes ao ensino fundamental, médio e superior, do período de 1995-2002, uma orquestração do processo de implementação dessas políticas, com o objetivo de modificar estruturalmente os parâmetros de qualidade desses níveis de ensino, mediante a alteração da forma e da concepção de gestão no interior da Escola e da Universidade. Na saúde não foi diferente, pois por meio do Programa Paraná Mais Saúde, vinculado a SESA-PR – Secretaria de Estado de Saúde instituiu-se um conjunto de políticas para este setor, definidas em grande medida no próprio Ministério da Saúde e que estão de acordo com as orientações do Banco Mundial e de outros organismos internacionais que adotam os mesmos pressupostos. Portanto, as mudanças concretas no plano teórico-prático da nova formatação da gestão se expressam hoje essa implementação do PQE (ensino fundamental), do PROEM (ensino médio), no Termo de Autonomia (ensino superior) e do programa “Paraná Mais Saúde”.

3. OBJETIVOS DO PROJETO ORIGINAL

3.1 OBJETIVO GERAL

- Identificar e avaliar políticas e programas das áreas de saúde e educação do Governo do Paraná, na década de noventa, procurando explicitar em sua formulação e implementação as relações existentes com as orientações estabelecidas por Organismos Internacionais, bem como a sua influência na disseminação de propostas liberalizantes em nível nacional.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Revisar a literatura existente sobre os Organismos Internacionais e suas orientações para as políticas sociais no Brasil;
- Analisar a forma como os conceitos de descentralização, autonomia e participação estão explicitados nas propostas do BID e BIRD e como são traduzidas na formulação e implementação de políticas sociais no PR;
- Avaliar políticas, projetos e programas do Governo Lerner como: o PROEM, o PQE, o Termo de Autonomia para as universidades estaduais e o projeto Paraná Mais Saúde;
- Identificar e sistematizar as propostas de gestão escolar nos programas implantados no Paraná no período estudado;
- Analisar as mudanças provocadas na dinâmica institucional das escolas, desencadeadas pelos atuais modelos de gestão, apreendendo as possíveis contradições engendradas pelos referidos modelos.

4. OBJETIVOS ALCANÇADOS

O objetivo geral e os objetivos específicos propostos no projeto original, os quais estão citados acima, foram perseguidos e alcançados com a conclusão da pesquisa em dezembro de 2003. Para concretizá-los, no momento inicial da pesquisa foi realizado estudo bibliográfico abrangendo documentos oficiais do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento; ou Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, além de fontes secundárias que tratavam de

questões relativas à reforma do Estado brasileiro e suas implicações nas políticas sociais. Esses referenciais foram estudados e discutidos por todos os integrantes da pesquisa, com o objetivo de estabelecer uma orientação teórico-metodológica comum, necessário para a análise posterior dos documentos desses Organismos Multilaterais de Crédito e das próprias políticas do governo Lerner no setor de educação e saúde. Com essa etapa realizada tivemos condições de avançar para a análise e posterior avaliação dos projetos e programas do Governo Lerner como “Projeto Qualidade no Ensino Público do Paraná- PQE”, do “Programa Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná-PROEM”, do “Termo de Autonomia -Contrato de Gestão” para as Universidades Estaduais do Paraná e o “Projeto Mais Saúde”.

A análise por dentro dessas políticas, projetos e programas foram orientadas por categorias como descentralização, autonomia e participação que no processo de estudo foram identificadas como categorias fundamentais e de referência na formulação teórica desses projetos, na medida em que os mesmos estavam sendo financiados pelos Banco Mundial e BID.

Por conseguinte, a incorporação dessas categorias na formulação e implementação dessas políticas de educação e saúde no Governo Lerner só foi possível na medida em que se fez uma pesquisa empírica em duas Escolas no Município de Cascavel e duas Escolas no Município de Londrina. Constatou-se que as categorias de descentralização, de autonomia e de participação haviam ganhado novos significados no interior da comunidade escolar expressas em práticas pedagógicas cotidianas dos professores e dos especialistas da escola. Essa mudança não foi diferente nas práticas do ensino superior no campo saúde pública no Paraná. A descentralização se traduziu em aprofundamento da desresponsabilidade do Estado para com essas duas áreas das políticas sociais; a autonomia de gestão financeira se traduziu em autonomia financeira, isto é, a concretização por meio do contrato de gestão no Ensino Superior e a transferência direta de recursos para a Escola, e a categoria participação se traduziu nas formas de gestão compartilhada ou participativa.

Perseguir esses objetivos e o próprio processo da pesquisa nos proporcionou ter clareza teórica-prática das profundas mudanças institucionais

ocorridas nas Escolas, nas Universidades e na Saúde Públicas do Estado do Paraná.

5. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO SUCINTA DOS PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM DECORRÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

5.1 AVANÇOS TEÓRICOS

A hipótese central desta pesquisa foi formulada mediante pressuposto de que as políticas de educação e saúde implementadas pelo Governo Lerner (1995-2002) expressam as orientações do BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento e BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, e portanto, constituem-se como parte da lógica dos empréstimos de ajuste estrutural e dos empréstimos de ajuste setorial, definidos pelo Banco Mundial, desde o início dos anos 80 para modificar a estrutura produtiva dos países periféricos.

Em nível doméstico esta orientação internacional vai encontrar ressonância, em meados dos anos 90, com a deflagração da chamada Reforma do Aparelho do Estado Brasileiro, que promove mudanças estruturais, institucionais e administrativas no sistema burocrático do Estado. Esta reforma está embasada no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (1995), que foi o documento matriz do MARE – Ministério de Administração e Reforma do Estado, a partir do qual foram gerados os demais. O referido plano define que as reformas do Estado envolveriam quatro diretrizes fundamentais: a delimitação do tamanho do Estado; a redefinição de seu papel; a recuperação da governança e o aumento da governabilidade. Para tanto, define como sendo inadiável: “(1) o ajustamento fiscal duradouro; (2) as reformas econômicas orientadas para o mercado; (3) a reforma da previdência social; (4) a inovação dos instrumentos de política social; (5) a reforma do aparelho do Estado, com vistas a aumentar a “governança”. (BRASIL, Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, 1995, p. 16).

A reforma do aparelho do Estado ao viabilizar mudanças estruturais, institucionais e administrativas no seu sistema burocrático, promovem também a

reestruturação do modelo de gestão, de forma mediatizada no sistema escolar, na medida em que implementa projetos de caráter pedagógico com o argumento de efetivar a melhoria da qualidade do ensino e do rendimento escolar, como foi o exemplo que ocorreu no Paraná por meio do PQE, do PROEM e do Termo de Autonomia para as Universidades Estaduais.

Os ajustes acima descritos já haviam sido propostos pelo Banco Mundial e pelo FMI; via Planos de Estabilização, no início dos anos 1980, constituíram-se como resposta à crise instalada nos países centrais desde a década de 1970, provocando nos países periféricos o que ficou conhecido como a “crise da dívida externa”. Nesse momento há uma completa desorganização monetário-financeira nos países periféricos, que sempre necessitaram de empréstimos externos, fosse do setor privado ou do setor público internacional para dinamizar e garantir o desempenho de suas economias. Com a falta de “caixa” no mercado internacional, o Banco Mundial assume o papel de maior tomador de empréstimos do setor privado, em nível internacional, repassando-os aos países periféricos endividados a fim de que estes resolvessem seus problemas de balanço de pagamentos, mediante compromisso de determinadas condições macroeconômicas. Essa nova modalidade de empréstimo, isto é, os empréstimos de ajuste estrutural e setorial vão inovar as relações monetário-financeiras e produtivas com os países periféricos, redimensionando o caráter macroeconômico, setorial e institucional destes países. Dessa forma foi ocorrendo uma intervenção do Banco Mundial mediatizada pelas definições das políticas internas na política de gestão de todo o aparelho burocrático do Estado brasileiro

Essas reformas institucionais foram instrumentos legais para que se concretizasse a adequação das políticas econômicas e sociais nacionais em relação ao capital internacional. Portanto, as redefinições institucionais que estão ocorrendo, em âmbito dos governos estaduais, fazem parte de um projeto nacional de reformas das instituições, construído internamente e articulado externamente. Por essa razão, os estados da federação passaram a concorrer participando nesse mesmo movimento de articulação e contribuição para a consolidação das reformas chamadas (neo) liberais, na medida em que foram implementadas “por dentro” do aparato burocrático do Estado, mediante as políticas de educação e

saúde, concretizando assim, também nesses setores, a chamada Reforma do Aparelho do Estado Brasileiro.

No que diz respeito ao caminho metodológico, essa escolha implicou na realização de uma ampla revisão bibliográfica de fontes secundárias sobre o Estado Brasileiro e sua Reforma em andamento, em conjunto com o estudo de documentos oficiais do BIRD e BID sobre esta mesma temática, assegurando uma orientação teórico-metodológica única, com uma coerência interna na análise, sem no entanto, amordaçar as interpretações dessas fontes. A partir daí respaldados por formulações teóricas consistentes pudemos realizar a pesquisa de campo junto as escolas definidas em Cascavel e em Londrina.

Nessa perspectiva, foi possível identificar nas políticas educacionais do Paraná referentes ao ensino fundamental, médio e superior do período de 1995-2002, uma orquestração no processo de implementação dessas políticas nesses níveis de ensino, orientadas na direção de modificar estruturalmente os seus parâmetros de qualidade desses níveis de ensino, mediante a alteração da forma e da concepção de gestão no interior da Escola e da Universidade. Na saúde não foi diferente, pois o Programa Paraná Mais Saúde, vinculado a SESA-PR – Secretaria de Estado de Saúde instituiu um conjunto de políticas para este setor, definidas em grande medida no próprio Ministério da Saúde e que estão de acordo com as orientações do Banco Mundial e de outros organismos internacionais que adotam os mesmos pressupostos.

Portanto, as mudanças concretas no plano teórico-prático da nova formatação da gestão se expressam no PQE (ensino fundamental), no PROEM (ensino médio), no Termo de Autonomia (ensino superior) e no programa “Paraná Mais Saúde”.

No que diz respeito ao PQE, foi preciso que se realizasse uma análise interna deste projeto para investigarmos os objetivos e os desdobramentos operacionais dos programas de ação do PQE, sendo possível demonstrar que a reestruturação do Estado Brasileiro, orientada também pelas políticas macroeconômicas do Banco Mundial, desde os anos 1980, cumpriu determinadas condicionalidades, na medida em que vinculou de forma decisiva as mudanças macroeconômicas ao financiamento para educação escolar básica, pressupondo que a melhoria na

educação promoveria a igualdade social e conseqüentemente a estabilidade macroeconômica.

A seletividade na educação elementar e a focalização nos pobres são evidências claras de que a reforma do Estado Brasileiro se vincularia aos empréstimos para os setores sociais, particularmente à educação, mediante a implantação de projetos e programas de ação que pudessem operacionalizar tais orientações. Neste sentido, o 4º Programa de Ação do PQE, “Desenvolvimento Institucional” indicou alterações na gestão do sistema educacional. É possível destacar esta proeminência no Relatório da Conclusão da Implementação do Banco Mundial, quando este afirma de forma categórica o destaque do Programa de Ação Desenvolvimento Institucional. Talvez as realizações mais importantes do projeto tenham acontecido na área do desenvolvimento institucional. O projeto levou ao desenvolvimento de uma cultura de avaliação de todo o sistema fundamental de educação, por meio da efetivação de avaliações quantitativas periódicas do aprendizado de alunos, avaliação regular de programas de apoio, e a constante realimentação/controle dos resultados no âmbito do plano de reforma educacional e de políticas. Componentes essenciais do projeto foram institucionalizados como a capacitação de professores, avaliação quantitativa do aprendizado de alunos, sistemas de gestão e de informação melhoraram muito, e a SEED foi reorganizada. (Relatório de Conclusão da Implementação, 2002, p.03)

No interior do programa de ação desenvolvimento institucional, processo de implementação da política referente à gestão escolar nos obrigou a investigar *in loco* o modelo de gestão que vem sendo configurado nas organizações escolares, tendo em vista que se por um lado o Estado implanta determinadas políticas, por outro, é a comunidade escolar quem as implementa.

Um exemplo evidente disso é a mudança, a partir de 1995, nos documentos de políticas educacionais do Paraná, quanto a concepção de gestão escolar. Até 1995, os documentos afirmavam que a gestão da escola deveria ser a *gestão democrática*, a partir daí passaram a tratar de *gestão compartilhada*. Nesse mesmo sentido, observa-se a mudança da ênfase no tipo de escola que se pretendia construir no Paraná. Até 1995, abusava-se da idéia de *escola cidadã*, a partir daí, enfatiza-se a idéia de *escola de excelência*.

Não é apenas uma mudança de terminologia, pois são conceitos construídos a partir de referenciais teóricos e políticos diferentes. A proposta de *gestão compartilhada* elaborada pela SEED-PR, a partir de 1995, possui vínculos com as propostas muito difundidas nos anos 90, por Cosete Ramos, pela Fundação Cristiano Ottoni de Minas Gerais, pelo Instituto Brasileiro de Produtividade e Qualidade-seção Paraná, entre outros. A composição em termos de terminologia passa a associar *Escola de Excelência, Flexibilização do Sistema e Gestão Compartilhada*. Não se constitui em alterações meramente semânticas, mas sim categoriais. Contudo, nos textos que tentam explicar essas novas formas de organizar o sistema de ensino, os conceitos de participação, autonomia e descentralização, são retomados num esforço de redefinir o que entendem por *democracia ou gestão democrática*.

A concepção de gestão compartilhada tem sido muito difundida em cursos para gestores de empresas privadas, em que se pretende que a administração conte cada vez mais com a adesão do empregado aos propósitos da empresa. *Gestão Compartilhada* inspira-se na denominada *Gestão Participativa - GP*, expediente da administração de empresas que criam situações ou espaços de intervenção dos trabalhadores nos procedimentos administrativos e comerciais, porém, raramente na condução geral da empresa ou da instituição.

A adaptação desse conceito à educação mantém algumas premissas originais, como o objetivo de envolvimento dos recursos humanos com os objetivos, no caso, de mudanças na rede estadual de ensino. A Gestão Compartilhada visa o comprometimento dos trabalhadores envolvidos diretamente com a educação, buscando legitimação para as alterações implementadas, através dos mecanismos administrativos e pedagógicos que devem conduzir a reconfiguração do sistema estadual de ensino. Essa proposta de gestão da escola também pode contribuir para a criação de nova cultura organizacional, capaz de moldar novas formas de subjetividade nas relações intra e extra-sistema de ensino. A organização da escola poderia contribuir para a formação de perfis de personalidades (alunos, professores, equipe de ensino, técnicos administrativos, diretores, etc.), adequados à lógica da busca da excelência, da competição e da legitimação da igualdade de oportunidades.

A análise mostrou que os mecanismos propostos para dar maior autonomia à escola, sobretudo no governo Lerner (1995-1998), tendem a produzir uma profunda fragmentação na base do sistema de ensino, dificultando a articulação e a união entre as escolas, a partir da idéia de colaboração, uma vez que as escolas passam a estar em competição pelo reconhecimento de suas qualidades. É importante ressaltar que essa fragmentação se aprofunda na base, na mesma proporção em que o controle e a centralização das decisões e do planejamento solidificam-se, na implementação da política educacional. A fragmentação da base do sistema de ensino dificulta as ações de lutas mais articuladas entre os professores, os alunos e os pais, que tendem a assimilar a idéia de “*melhorar a minha escola*” e não a educação como um todo.

A lógica de organização da escola, que surge a partir da proposta de *gestão democrática* e da *gestão compartilhada* imprime dinâmicas diferenciadas no funcionamento das escolas e do sistema de ensino estadual. A primeira proposta não desprezava o aspecto político das relações educacionais; a segunda tenta racionalizar o processo administrativo e pedagógico, enquanto movimentos destituídos de aspectos políticos.

No PROEM - Programa para o Ensino Médio, também está previsto recursos para modificações na organização e na gestão deste nível de ensino. Esse projeto altera radicalmente a forma de gestão do ensino médio e do ensino profissionalizante no Estado do Paraná. No caso do ensino profissionalizante cria uma agência social autônoma, denominada de PARANATEC, destinada a administrar os cursos técnicos e profissionalizantes no Paraná. É uma agência de natureza privada, mas que conta com recursos públicos.

Estão previstos, neste projeto, vários mecanismos de disseminação da nova forma de gestão escolar, baseado na idéia de gestão compartilhada, defendida nos documentos oficiais da SEED-PR. Os mesmos princípios de administrar as escolas presentes no PQE estão também explicitados no PROEM.

A pesquisa empírica realizada em 2001 e 2002 em duas escolas de Londrina e em duas escolas de Cascavel, revelou que essa concepção de gestão foi implementada de forma muito competente pelo governo Lerner. As entrevistas revelaram que os diretores e o conjunto de “administradores” das escolas,

assimilou o papel de executor das políticas do governo, mesmo sem participar da elaboração de tais políticas.

Com relação ao financiamento, elemento essencial na redefinição do papel do Estado, diante da educação pública, detectamos nas escolas que parte do custeio e da manutenção da escola já é feita em cerca de 70% do valor pela própria escola, ou seja, o Estado envia recursos suficientes apenas para 30% das despesas.

Como foram analisadas escolas consideradas, pela SEED-PR, como sendo de *excelência* e outras *com problemas de gestão*, foi possível constatar a fragmentação no padrão de qualidade das escolas em função da localização e das classes sociais a que atendem, uma vez que sintomaticamente, as escolas localizadas em bairros, onde predominam as classes populares, em crescente processo de empobrecimento, estão localizadas as escolas consideradas com *problemas de gestão*. Por outro lado as escolas localizadas em bairros em que predominam as classes de renda média, ou cujos pais ainda não foram atingidos fortemente pelo desemprego, estão localizadas as escolas consideradas de *excelência*.

Como o Estado já não financia integralmente todas as escolas, aquelas que conseguem o pagamento de taxas, a venda de rifas e promoções, enfim que conseguem criar mecanismos de arrecadação de dinheiro, são as escolas de *excelência*. Já as escolas que não conseguem criar esses mecanismos em função da pobreza dos alunos e de suas famílias são escolas com *problemas de gestão*.

Na realização das entrevistas e observação nas escolas constatou-se que as orientações do projeto “neoliberal” no sentido do Estado ir aprofundando o processo histórico da não responsabilidade do financiamento público em setores como a educação e a saúde estão sendo, em grande medida, implementadas rapidamente, e que grande parte dos agentes que trabalham nas escolas como professores, funcionários e diretores assimilaram sem resistência esses princípios, embora, já percebam as conseqüências deletérias para a tão propalada melhoria da qualidade de ensino.

Acreditamos que um dos resultados mais evidentes da implementação das políticas sociais no Paraná, neste caso na Educação, que se deram a partir de

projetos financiados por organismos internacionais como o Banco Mundial e o BID, é a modificação na gestão da escola em sintonia com a retirada dos aportes financeiros do Estado.

No Ensino Superior do Paraná, tendo como referência às orientações do Banco Mundial, o governo Lerner, desde o início, em 1995, vem tentando implementar medidas com vistas a reformar o Ensino Superior no Paraná; mediante o estabelecimento de uma forma distinta de gerir as Universidades Estaduais do Paraná. Durante o primeiro mandato, destacam-se três iniciativas: 1º) a lei 11.500/96, que regulamentou a prestação de serviços pelas Instituições Estaduais de Ensino Superior (IEES) paranaenses permitindo que as mesmas cobrassem pelos serviços prestados à comunidade; 2º) a proposta apresentada em dezembro/97 pelo deputado Eduardo Trevisan, da bancada governista, que instituiu a gratuidade seletiva, ou seja o ensino pago nas IEES públicas paranaenses; 3º) a proposta, discutida nos bastidores do estafe governista, de transformar as IEES em agências sociais autônomas. Essas iniciativas se articulavam na direção da desobrigação do Estado quanto ao financiamento integral do ensino superior e buscavam oferecer, como contrapartida às IEES, alternativas de auto-sustentação financeira.

Logo após a sua reeleição, em outubro/98, o governo Lerner reiniciou, por “novos caminhos”, a tentativa de reformar/privatizar as IEES do Paraná. Para isso utilizou-se da histórica bandeira da autonomia universitária como artifício para tentar impor uma reforma do ensino superior público no Paraná. Propôs a “concessão da autonomia definitiva às universidades paranaenses” como estratégia para a implementação da reforma pretendida desde o início de seu governo o que o desobrigaria definitivamente de seu compromisso constitucional de financiar integralmente o conjunto das atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas em nossas IEES.

Em março de 1999, o governo do Estado do Paraná e as IEES, por meio de suas administrações superiores, assinaram um Termo de Autonomia provisório para o ano de 1999. Em abril de 2000, o Termo foi renovado para mais um ano.

O “Termo de Autonomia” estabeleceu que “os recursos a serem repassados representam parcela de responsabilidade do Estado na cobertura de todas as

despesas com pessoal, encargos sociais, custeio e investimentos, *ficando a cargo da instituição a complementação necessária para o desenvolvimento de suas atividades.*” (§ 1º da Cláusula 1º do Termo de Autonomia). Dessa forma o Estado desobrigava-se de sua responsabilidade de financiar integralmente as atividades do ensino superior, desobedecendo o preceito constitucional. As administrações das IEES foram coniventes com o governo Lerner nesse processo e, ainda, equivocadamente, assumiram parcela de responsabilidade quanto ao financiamento das atividades a serem desenvolvidas nas universidades e faculdades públicas estaduais. A Associação Paranaense das Instituições de Ensino Superior Público (APIESP) entidade que representa os reitores e diretores das IEES, através do ofício nº 009/98, de 30 de novembro de 1998, encaminhou à SETI, “proposta de imediata implantação de autonomia do Ensino Superior no Paraná”, propondo que o Estado repassasse apenas os recursos suficientes para a da folha de pagamento.

Perseguindo esta reforma, durante a greve, em 18 de fevereiro de 2002, o governador do Paraná, Jaime Lerner, enviou à Assembléia Legislativa “(...) anteprojeto de lei dispendo sobre a Autonomia das Universidades Públicas mantidas pelo Estado do Paraná (...)” (PARANÁ, 2002). Esse anteprojeto tramita na Assembléia Legislativa na forma do projeto de lei N.º 032/02. De acordo com a mensagem do governador do Estado tal projeto de lei “visa adequar à legislação vigente, o exercício da Autonomia das Universidades Públicas Estaduais, em complemento ao disposto nas Constituições Federal, Estadual e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em prol da sociedade paranaense”. Uma análise do projeto de lei 032/02 permite compreender que o objetivo do governo é introduzir de maneira definitiva a reforma do ensino superior no Paraná, processo em curso desde março de 1999, na direção das orientações do Banco Mundial.

No que diz respeito à questão da saúde, desde o início do governo Lerner, os documentos oficiais trazem impresso e expresso a perspectiva político-ideológica que seria adotada ao longo do período em que permaneceriam no poder. Os representantes do governo na Secretaria de Saúde do Estado do Paraná - SESA, partiam do princípio de que “no processo de implantação do SUS

no Brasil, as instâncias estaduais de governo mergulharam numa notável crise de identidade com respeito à sua missão, uma vez que à municipalização da prestação de serviços não correspondeu a uma redefinição do papel do Estado”. (SESA, 1995, p.69)

Sendo assim, assumiram como desafio resgatar o papel da esfera estadual, que segundo eles, “consiste na função integradora orientada por visão ampla e abrangente do sistema, no sentido de organizá-lo e provê-lo em suas lacunas com eficiência, eficácia e efetividade. De modo que os serviços de saúde (...) disponibilizem o epidemiologicamente necessário com racionalidade e otimização na alocação e uso dos recursos. Para tanto, é necessário assumir os problemas do setor saúde no Estado mais como questões organizativas e gerenciais, nem tanto decorrentes da falta absoluta de serviços.” (SESA, 1995, p.69)

A implementação dessa política de reordenação do papel do Estado, no campo da saúde, está circunscrita num grande projeto que a atual gestão da SESA se propôs a desenvolver denominado “Paraná mais Saúde”, que compreende cinco diretrizes básicas: 1. Vigilância à saúde da população; 2. Regionalização, gestão de serviços e ações de saúde pelos municípios; 3. Participação da sociedade; 4. Informação e comunicação social e 5. Recursos humanos. (SESA, 1995, p. 69/71)

Para que essas diretrizes pudessem redefinir o “Novo Projeto Institucional”, foi proposto a adoção de métodos de trabalho que deveriam mobilizar um grande número de atores institucionais, “ágeis na definição e implementação de ações prioritárias”. Os métodos propostos consistiu na: territorialização do sistema; definição de projetos institucionais estratégicos (prioritários, viáveis e de alto impacto); Conformação de grupos matriciais de condução de projetos estratégicos; Instituição de uma função articuladora entre os níveis estratégicos e operacionais (...) e Efetivação de colegiados de gestão. (SESA, 1995, p. 70/71).

Esses princípios e diretrizes apresentadas em documentos oficiais, indicam que os projetos da SESA, denominados de “Projetos Institucionais Estratégicos”, assimilaram o discurso de inspiração neoliberal, implantando e implementando em nível de políticas de saúde, o que comumente é chamado de receituário do “Consenso de Washington”, respaldado por ações de Organismos Internacionais

como o Banco Mundial, o FMI – Fundo Monetário Internacional e o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Conforme objetivo da pesquisa, a análise das políticas da SESA, identificou-se que os projetos implementados neste setor social tem ajudado na materialização das propostas “neoliberais” e contribuído para a sua difusão em nível nacional.

O menor investimento possível em projetos de baixo custo e que atinjam o maior número de pessoas, parece ser o ponto de partida para as políticas de saúde dos governos brasileiros, tanto em nível federal, como estadual e na grande maioria dos governos municipais. Essa política de amplitude direcionada para a assistência dos mais pobres, tem o incentivo e o aval do Banco Mundial, do BID e do FMI.

Na área da saúde, o Banco tem apoiado o desenvolvimento da Medicina Preventiva, vinculando-se particularmente aos programas de educação em saúde, de controle de natalidade e de serviços básicos de saúde. Isso evidencia uma tendência das agências internacionais que monitoram os governos dos países periféricos, como o Brasil, as quais tem priorizado o financiamento de projetos nas áreas sociais como a saúde e a educação, naquilo que elas tem de mais elementar, que é o ensino fundamental e os projetos de atenção primária em saúde.

Essa política de dar aos pobres o mínimo indispensável nas áreas básicas, revela uma preocupação com a possibilidade de que extremos de miserabilidade podem se constituir em reais ameaças à estabilidade política, necessária ao avanço da modernidade, da acumulação e do crescimento econômico regidos pelas leis do mercado.

Nesse sentido, os resultados que foram destacados como centrais para o processo de implementação e de sedimentação dessa nova forma de gestão na educação e na saúde, espelham toda a eficiência sistêmica do pensamento liberal atualizado nos anos 90. E há que se destacar, que a dialética da difusão dessas políticas implementadas no Paraná, tanto promoveram nefastas mudanças internas como orientaram mudanças em outros estados da federação e ao mesmo

tempo serviram ao BIRD e BID de parâmetros para avaliar os impactos políticos de seus receituários.

5.3 RESULTADOS COM APLICAÇÃO DIRETA EM BENEFÍCIO DA SOCIEDADE OU SOLUÇÃO DE PROBLEMAS REGIONAIS

Tendo em vista o caráter dessa pesquisa, sua aplicação direta se efetivou no decorrer do trabalho investigativo onde foram divulgados e debatidos os resultados parciais da pesquisa em diversos momentos, assinalados abaixo, com os nossos interlocutores da área de educação e saúde, isto é, professores da rede pública e trabalhadores de saúde. A efetividade dessa interlocução se concretizou em três grandes Seminários. O primeiro realizado em setembro de 2000 intitulado: Estado e Políticas Sociais no Brasil. Posteriormente à realização do Seminário, foi publicado em agosto de 2001, uma coletânea financiada pela Fundação Araucária, que teve o mesmo nome do Seminário, e continha artigos dos palestrantes e artigos dos componentes da pesquisa, apresentando “as primeiras aproximações” dos resultados realizados até aquele momento. O segundo Seminário, intitulado Descentralização, Participação e Autonomia na Gestão Escolar: Significados e Perspectivas”, foi realizado em setembro de 2002, tendo a participação das Escolas-Campo onde se realizou a pesquisa empírica.

Em junho de 2003, nos dias 26, 27 e 28 foi realizado o terceiro Seminário para apresentação dos resultados à comunidade acadêmica e à comunidade externa. Diferentemente do primeiro e segundo, realizamos um Seminário de caráter Nacional intitulado “Seminário Nacional: Estado e Políticas Sociais no Brasil”. Além da Conferência de Abertura e das Mesas-Redondas, possibilitamos aos participantes que os mesmos pudessem apresentar trabalhos na forma de comunicação oral, os quais foram publicados na íntegra em CD-rom e também a publicação dos Resumos em Cadernos impressos. Nesse Seminário a participação esteve para além das nossas expectativas, pois reunimos mais 1100 participantes, abrangendo profissionais da educação e saúde de todo o Paraná e de outros cinco estados brasileiros. Neste Seminário apresentamos pela primeira vez os dados conclusivos da pesquisa.

Além disso, estamos elaborando um projeto de Extensão com a Associação dos Professores do Paraná-Sindicato, regionais de Cascavel, Toledo, Foz do Iguaçu e Francisco Beltrão- municípios sede dos Campi da Unioeste - e o Sindicato dos Trabalhadores em Ensino Superior da Região Oeste-SINTEOESTE, onde realizaremos quatro grandes Seminários nessas cidades que são pólos da região oeste e sudoeste para apresentarmos e debatermos os resultados da pesquisa.

No início de 2004, estivemos em contato com o Grupo de Pesquisa do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná, Políticas Educacionais e Gestão da Escola e os dois Grupos de Pesquisas em conjunto com a Secretaria de Estado da Educação e a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior, propuseram um Seminário que terá como objetivo central apresentar a produção teórica das políticas educacionais do Paraná nos anos 90 e realizar-se-á em agosto de 2004, com o título “O Paraná pelo Paraná: a produção teórica sobre as políticas educacionais nos anos 90.” O público alvo deste Seminário são professores que compõem as Equipes de Ensino dos Núcleos Regionais de Educação de todo o Estado. No referido Seminário, estaremos compondo mesas de debates junto com outros pesquisadores, apresentando, assim, de outra forma os resultados da pesquisa que compõem este relatório.

9. FAZER COMENTÁRIO SUCINTO SOBRE OS REFLEXOS DO PSPPG PARA O DESENVOLVIMENTO DO GRUPO DE PESQUISA E SEUS COLABORADORES (REDES) PARA A REGIÃO SUL.

A aprovação do Projeto no PSPPG em junho de 2001 trouxe a possibilidade de constituirmos um grupo de pesquisadores que teve o privilégio de receber fomento para a pesquisa, além da aprovação pelos consultores do CNPq do mérito da temática e o recorte proposto.

A Universidade Estadual do Oeste do Paraná- Unioeste, no seu conjunto ainda não tem todas as condições necessárias para a produção da pesquisa. O número de doutores é ainda restrito, mas o que nos parece ser mais difícil, é que só recentemente, estamos começando a produzir nossas pesquisas fora do

processo de formação que foi o doutorado. Portanto, a realização desta pesquisa ganhou uma dimensão importantíssima para o GPPS, entendemos efetivamente a produção científica como parte necessária do processo de ensinar e realizar extensão, na medida em que apresentamos à sociedade os resultados dos objetos pesquisados. Nesse sentido, é possível afirmar que a aprovação/ destinação de recursos para o desenvolvimento da pesquisa contribuiu para o avanço do processo de consolidação do nosso Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais-NEPPS. Compõem este Núcleo dois Grupos de Pesquisas: o GPPS e o GPGE, ambos cadastrados no CNPq., que congregam pesquisadores da Universidade Estadual do Oeste do Paraná-Unioeste, nas áreas de educação e saúde, e da Universidade Estadual de Londrina-UEL, nas áreas de educação e de ciências sociais.

Outro resultado que imputo como positivo em face da aprovação do projeto, diz respeito à possibilidade de exigir uma contrapartida institucional, o que acabou garantindo um espaço físico para que os pesquisadores possam se encontrar e continuar desenvolvendo as suas atividades de pesquisa. Essa sala com infraestrutura necessária para podermos trabalhar, possui computador resultado de contribuição voluntária dos membros do grupo, o que revela as precárias condições materiais que temos na Unioeste.

Quanto aos reflexos do PSPPG para a rede “Políticas e Sistemas de Saúde”, por solicitação do CNPq encaminhei no ano de 2002 uma avaliação negativa da formação da rede, pois foi inexistente a interlocução com os outros pesquisadores que compuseram a referida Rede.

10. RELACIONE OS PRINCIPAIS FATORES POSITIVOS OU NEGATIVOS QUE INTERFERIRAM NA EXECUÇÃO DO PROJETO.

Quero destacar que uma questão que causou um certo transtorno para o desenvolvimento da pesquisa, foi primeiramente o atraso na divulgação dos projetos aprovados e, posteriormente, o atraso na liberação do orçamento da 1ª parcela. Isso não nos permitiu seguir rigidamente o cronograma proposto inicialmente, mas não determinou prejuízos irreparáveis, mesmo porque a

Processo nº 52.0975/99-5

Coordenadora: Francis Mary Guimarães Nogueira

pesquisa já vinha sendo executada desde o momento em que protocolamos o projeto para concorrer ao Edital do PSPPG. O mais lamentável diz respeito à negação do Banco Mundial e da Secretaria de Estado da Educação do Paraná em nos permitir consultar apenas parcialmente as fontes sobre a implementação do Programa Qualidade do Ensino Público do Paraná-PQE e do PROEM. Frente a essas dificuldades tentamos, por meio de inúmeras correspondências e reuniões mostrar aos coordenadores da “Unidade de Projetos Internacionais” da SEED, a importância da consulta desses documentos. No entanto, os coordenadores, orientados pela então Secretária de Educação, apenas nos possibilitou informações parciais e fragmentadas dos resultados parciais dos dois projetos-PQE e PROEM. Em face desses impedimentos, a alternativa foi buscarmos informações e documentos na Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, em junho de 2002, apesar da desconfiança da coordenadora do Arquivo desta Secretaria, só ao pesquisar seus arquivos é que foi possível ter uma visão completa de todo o processo de implantação do PQE e PROEM, e trazer parte dos relatórios e da história do processo de financiamento destes projetos. Felizmente, depois desses episódios tivemos acesso ao Relatório Final do PQE, no início de 2003, com a mudança do Governo Estadual e conseqüentemente de parte dos técnicos da Secretaria de Educação.



RELATÓRIO TÉCNICO FINAL

Protocolo Nº: 52097599-5

Convênio Nº: 036/2002

Coordenador: Francis Mary Guimarães Nogueira

Email: guimanog@terra.com.br

Título do Projeto: Políticas e Programas nas Áreas de Educação e Saúde no Estado do Paraná: sua relação com as Orientações do BID e BIRD e sua Contribuição na Difusão das Propostas Liberalizantes em Nível Nacional.

Instituição: Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Valor financiado: R\$ 20.000,00

RESUMO DO PROJETO:

O referido projeto de pesquisa consistiu em identificar e avaliar programas e projetos que se consubstanciaram em políticas nas áreas de educação e saúde do Governo Lerner, no Estado do Paraná, entre 1995 e 2002. E ao mesmo tempo indicou quais aspectos de sua formulação e implementação expressam as orientações definidas em documentos oficiais do BIRD e BID, compreendendo e avaliando as repercussões dessas políticas na disseminação de propostas liberalizantes em nível nacional.

Nossa hipótese foi formulada, e no término da pesquisa foi comprovada, partindo do pressuposto de que os programas, projetos e ações implementadas no Estado do Paraná pelo governo Jaime Lerner para as áreas de educação e saúde, se inseriram num conjunto de Reformas desencadeadas pelas orientações do BIRD e BID, implementadas “por dentro” do aparato burocrático do Estado, mediante as políticas de educação e saúde, concretizando assim, também nesses setores, a chamada Reforma do Aparelho do Estado Brasileiro

RESULTADOS ALCANÇADOS:

Finalizamos a pesquisa e os seus resultados finais estão expressos em diversos artigos de autoria dos componentes do grupo que já está em processo de publicação intitulado Estado e Políticas Sociais: Brasil e Paraná.

No entanto, seria preciso destacar inicialmente que os principais resultados e o avanço teórico desse grupo de pesquisadores e alunos de iniciação científica que se desafiaram a fazer pesquisa e “pesquisa integrada” está relacionado com a definição da temática, com o recorte, e principalmente com a orientação teórica metodológica adotada, que associa uma análise da totalidade da sociedade brasileira ao mesmo tempo em que realiza uma análise particular das implicações dessas políticas no plano intra-escolar e nos serviços públicos de saúde. Para além desses resultados que repercutem internamente no Grupo de Pesquisa, no decorrer da pesquisa foram divulgados e debatidos os resultados parciais da pesquisa em diversos momentos com os nossos interlocutores da área de educação e saúde, isto é, professores da rede pública e trabalhadores de saúde. A efetividade dessa interlocução se concretizou e dois grandes Seminários. O primeiro realizado em 2000 intitulado: Estado e Políticas Sociais no Brasil. Posteriormente a realização do Seminário, foi publicado em agosto de 2001, uma coletânea financiada pela Fundação Araucária, que continha artigos dos palestrantes e artigos dos componentes da pesquisa apresentando as primeiras aproximações dos resultados realizados até o momento. O segundo Seminário, intitulado “Descentralização, Participação e Autonomia na Gestão Escolar: Significados e Perspectivas”, foi realizado em setembro de 2002, tendo a participação das Escolas-Campo onde se realiza a pesquisa empírica de campo.

Em junho de 2003, nos dias 26, 27 e 28 realizamos o I Seminário Nacional de Estado e Políticas Sociais no Brasil que além das Palestras, organizamos apresentação de trabalhos com a publicação de trabalhos completos em CD e Cadernos com os Resumos. Nesse Seminário a participação esteve para além das nossas expectativas reunindo mais 1100 participantes de cinco estados brasileiros e profissionais da educação e saúde de todo o Paraná. No Seminário apresentamos pela primeira vez os resultados que já foram finalizados nos artigos.

Em relação também a apresentação dos resultados estamos elaborando um projeto de Extensão com a APP-Sindicato de Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu e o Sindicato dos Professores e Servidores Técnicos da Unioeste-SINTEOESTE, onde realizaremos seis grandes Seminários nas cidades pólos da região oeste para apresentarmos e debatermos os resultados da pesquisa.

Como um outro momento para apresentação dos resultados será realizado um Seminário em conjunto com a UFPR, SEED e SETI e o nosso Grupo de Pesquisa em Políticas Sociais-GPPS. Este Seminário terá como objetivo central apresentar a produção teórica das políticas educacionais do Paraná nos anos 90 e realizar-se-á entre os dias 24 a 26 de março de 2004, com o título “O Paraná pelo Paraná: a produção teórica sobre as políticas educacionais nos anos 90.” Nesse Seminário estaremos compondo várias mesas de debates, onde estaremos apresentando os resultados da pesquisa que compõem este relatório.

EQUIPE EFETIVA:

1. Ana Lúcia Aoyama Pedagoga, Especialista em Sociologia e Sociologia da Educação e Mestre em Educação.
2. Ângela Maria Hidalgo Cientista Social, Especialista em Sociologia e Sociologia da Educação - Mestre em Educação.
3. Antonio Bosco de Lima Pedagogo, Mestre e Doutor em Educação.
4. Edaguimar Orquizas Viriato Pedagoga, Mestre e Doutora em Educação.
5. Edmilson Lenardão Pedagogo, Especialista em Educação Especial e Mestrando em Educação.
6. Eliane Cleide da Silva Czernisz Pedagoga, Especialista em Sociologia e Sociologia da Educação e Mestre em Educação.
7. Francis Mary Guimarães Nogueira Grad. em Letras, Especialista em Metodologia e Prática de Ensino da Língua Portuguesa - Mestre e Doutora em Educação.
8. Ileizi Luciana Fiorelli Silva Cientista Social, Especialista em Sociologia e Sociologia da Educação e Mestre em Educação.
9. Ireni Marilene Zago Figueiredo Pedagoga, Especialista em Fundamentos da Educação, Mestre em Educação e Doutoranda em Educação.
10. Isabelle Fiorelli Silva Pedagoga, Especialista em Metodologia da Ação Docente, Mestranda em Educação.

11. Isaura Mônica Souza Zanardini Pedagoga, Especialista em Fundamentos da Educação, Mestre em Educação e Doutoranda em Educação.
12. Janete Ritter Pedagoga, Especialista em Fundamentos da Educação
13. João Batista Zanardini Licenciado em Matemática e Mestrando em Educação
14. Liliam Faria Porto Borges Historiadora, Mestre em Educação e Doutoranda em Educação
15. Luiz Fernando Reis Pedagogo, Especialista em Educação Popular e Mestre em Educação.
16. Manoela de Carvalho Enfermeira, Especialista em Saúde Pública e Mestranda em Saúde Pública.
17. Maria das Graças Ferreira Pedagoga, Mestre em Educação.
18. Maria Lúcia Frizon Rizzotto Enfermeira, Especialista em Metodologia da Pesquisa, Mestre em Educação e Doutora em Saúde Coletiva.
19. Marleide Rodrig. da S. Perrude Pedagoga, Especialista em Sociologia e Sociologia da Educação.
20. Roberto Antonio Deitos Pedagogo, Especialista em Fundamentos da Educação, Mestre e Doutorando em Educação.
21. Solange de F. Reis Conterno. Pedagoga, Especialista em Fundamentos da Educação e Mestre em Educação.

6.2 ALUNOS envolvidos no projeto:

1. Alessandra M^a de A. Manhães Grad. em Educação Artística Lic. em Artes Plásticas
2. Débora Alves Batista Grad. em Pedagogia
3. Cláudia Regina Alves dos Santos Grad. em Pedagogia (bolsa IC Institucional - UEL)
4. Jane Maria Parahyba Grad. em Pedagogia (bolsa IC Institucional -UNIOESTE)
5. Juliana Zamarian Francisco Grad. em Pedagogia (bolsa IC Institucional - UEL)

PERSPECTIVAS DE CONTINUIDADE:

No que diz respeito as perspectivas de continuidade já estamos realizando uma nova pesquisa desde agosto de 2003, intitulada ESTUDO DAS POLÍTICAS SOCIAIS ARTICULADO À ANÁLISE DOS DIFERENTES PADRÕES DE DESENVOLVIMENTO QUE VIGORARAM NO BRASIL DE 1930 A 2002.

Esta pesquisa abordará a temática das Políticas Sociais numa perspectiva multidisciplinar, envolvendo pesquisadores das áreas de educação, saúde, ciências sociais e economia, que estão vinculados a diferentes instituições públicas do país (UNIOESTE, UEL, UFSC, UNICAMP). O estudo será desenvolvido de forma integrada, não pressupondo a existência de sub-projetos, mas tentando apreender o objeto em suas múltiplas facetas sem fragmentá-lo. A questão central a ser investigada será a relação existente entre as Políticas Sociais, particularmente as das áreas de educação e saúde e os distintos padrões de desenvolvimento propostos para o Brasil a partir dos anos 30 do século XX a 2002. Buscar-se-á identificar as características assumidas por essas políticas nos diferentes momentos econômicos e políticos que marcaram este longo período da história nacional. O trabalho se desenvolverá por meio de pesquisa bibliográfica e análise de documentos. Para a pesquisa bibliográfica utilizaremos autores nacionais e internacionais que discutem os temas propostos na pesquisa, quanto aos documentos a serem analisados, compõem-se de projetos e planos de desenvolvimento propostos para o Brasil desde os anos 30 do século passado. Será também objeto de estudo a categoria democracia e seus corolários: descentralização, participação e cidadania, traduzidos em estratégias que tem permeado a implementação das políticas sociais em nosso país. Espera-se com o desenvolvimento desse projeto contribuir com a consolidação do grupo de pesquisa (GPPS), dando maior consistência teórica aos pesquisadores do grupo; ampliar a interlocução com outras instituições e pesquisadores do país, que discutem essa temática e, contribuir com a investigação e produção teórica acerca das políticas sociais em nível nacional.

Sem dúvida nenhuma essa próxima pesquisa foi resultado da necessidade de continuar pesquisando e aprofundando a temática das Políticas Sociais que desde a primeira pesquisa, associado aos nossos trabalhos de dissertações e

teses, têm se mostrado uma temática bastante complexa e instigante para as nossas áreas de educação, assistência, ciências sociais, e economia.

DIFICULDADES ENCONTRADAS/SUGESTÕES:

As dificuldades encontradas foram superadas na seguinte perspectiva. Num primeiro momento o atraso da liberação orçamentária do projeto em sua primeira etapa/CNPq, dificultou as viagens para aquisição de fontes primárias e secundárias, no entanto, não nos impediu de ir realizando a pesquisa já com os dados e materiais que tínhamos. Uma outra dificuldade que encontramos, e essa exigiu a alteração do cronograma no sentido de prorrogação de prazo da pesquisa, foi a obstrução às fontes primárias causada pela SEED nos anos de 2000, 2001 e 2002. Frente a essas dificuldades tentamos via inúmeras correspondências e reuniões com os técnicos mostrar aos coordenadores da Unidade de Projetos Internacionais da SEED, a necessidade que tínhamos desses documentos. No entanto, esses coordenadores, orientados pela então Secretária de Educação, apenas nos possibilitou informações parciais e fragmentadas dos resultados parciais dos dois projetos. Em face desses impedimentos, a alternativa foi fomos buscar informações e documentos na Secretaria de Assuntos Internacionais- Ministério do Planejamento em Brasília em junho de 2002. Apesar da desconfiança governamental, só ao pesquisar os arquivos desta Secretaria foi possível ter uma visão completa de todo o processo de implantação do PQE e PROEM e trazer parte dos relatórios e história do processo de financiamento destes projetos.

BENS PATRIMONIÁVEIS ADQUIRIDOS :

Como estava previsto no Plano de Aplicação nossos bens patrimoniáveis são os livros. Listamos, em anexo, os exemplares adquiridos.

Processo nº 52.0975/99-5
Coordenadora: Francis Mary Guimarães Nogueira